



* * *

Proposta de trabalho de atividades acadêmicas e técnicas
apresentada para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis – ANP, para o ano de 2019, com o objetivo de
desenvolver boas práticas regulatórias

* * *

Elaborada por: Ana Luiza Calil, Carina de Castro Quirino, Felipe Pereira e Pedro Dionísio

Coordenação Acadêmica: José Vicente Santos de Mendonça

Novembro de 2018

Sumário

Apresentação e Objetivos	3
Workshops	5
Seminários/Palestras.....	6
Cursos.....	7
Workshops de Capacitação	8
Auxílio e Desenvolvimento de Atos Normativos	9
Planejamento e Datas	9
Sobre o UERJ Reg	10
Anexos.....	11

Apresentação e Objetivos

O Laboratório de Regulação Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (denominado neste documento como **UERJ Reg**) apresenta a seguinte proposta de trabalho para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (denominado neste documento como **ANP**), de acordo com a exposição de interesses debatidas em reunião presencial datada de três de outubro de 2018. De forma sucinta, a ANP apresentou interesse em relação aos seguintes pontos:

- a) Oferecimento de cursos e suporte técnico-acadêmico que estejam alinhados especificamente a temas de boas práticas regulatórias;
- b) Criação e acompanhamento de grupos de estudo com a participação de servidores, como forma de estimular o debate sobre temas de interesse da ANP;
- c) Condução de atividades de produção técnica e científica em decorrência da identificação de problemas técnicos identificados na prática dos servidores da agência reguladora resultantes dos cursos e dos grupos de estudo, com publicação dos resultados nos canais oficiais da ANP, de modo a estimular as atividades propostas;
- d) Apresentação de soluções técnicas e teóricas para a composição final do Guia de Boas Práticas Regulatórias, ainda em fase de debates internos institucionais;
- e) Apresentação de um planejamento de palestras aderentes aos interesses temáticos institucionais.

Para auxiliar na elaboração da proposta, a ANP entregou relatório contendo opiniões dos servidores resultante do Seminário de Qualidade Regulatória em relação a temáticas de interesse e de sugestões de atividades.

A proposta de plano de trabalho do UERJ Reg considerou os seguintes objetivos:

- a) De ordem administrativa: na tentativa de desonerar os servidores da agência, o UERJ Reg oferece apoio administrativo para todas as atividades, bem como oferece a possibilidade de utilização de espaço físico na UERJ para a realização de atividades permanentes ou temporárias (grupo de pesquisa, eventos, cursos, entre outros).
- b) De ordem acadêmica: apresentar os temas sob perspectiva acadêmica atualizada, atendendo às necessidades e aos interesses dos servidores, para aperfeiçoamento institucional.

A presente proposta é válida para o ano de 2019, a ser ratificada nos termos aceitos e ajustados pela ANP. Ressalta-se que a proposta aqui encartada enseja somente promoção de cooperação técnico-científica entre a agência e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o único intuito de promover o conhecimento científico e o aperfeiçoamento institucional. Não há qualquer caráter de contraprestação de serviços ou subvenção.

Workshops

Os grupos de estudo serão organizados com o objeto de debater ideias e autores que estejam tematicamente atrelados aos interesses e atividades institucionais.

Os grupos de estudo funcionarão em módulos temáticos, com reuniões quinzenais, podendo ser realizadas na própria agência ou na UERJ – caso haja interesse da ANP para tanto –, em módulos de 4 meses, totalizando 8 (oito) sessões por módulo.

A metodologia proposta está baseada em leituras de textos nacionais e estrangeiros (que serão ofertados de acordo com o nível de compreensão da língua inglesa, baseado no perfil dos participantes). Em cada encontro, haverá a obrigatoriedade de cada um dos participantes trazer para o debate um ponto que tenha despertado seu interesse e apresentá-lo ao grupo, para que seja debatido. Cada reunião será coordenada pelos membros do UERJ Reg (pelo menos um deverá estar presente) e este será responsável pela presidência da reunião e pela elaboração de atas.

O plano de trabalho de cada módulo será divulgado no momento das inscrições. Os participantes receberão *e-mail* contendo todos os textos sugeridos para leitura obrigatória e complementar, de modo que não haja custos para a sua participação.

Haverá documentação de todos os encontros por ata, que ficarão disponibilizadas em pasta compartilhada em nuvem a ser eleita como mais adequada para a criação de estoque.

Ao final de cada módulo, os participantes poderão apresentar um ensaio final sobre alguma questão debatida durante os módulos. Todos os ensaios serão organizados e compilados como Cadernos Institucionais. Os membros do UERJ Reg também colaborarão com artigos para o Caderno, *ressalvando que as opiniões ali apresentadas refletem somente o ambiente de debate acadêmico proporcionado por grupo de estudos*.

De modo a incentivar o debate, o Caderno será enviado para todos os servidores e será agendado o evento “Mesa de Debates Institucionais¹” para apresentar as ideias desenvolvidas. A ideia é integrar o trabalho institucionalmente desenvolvido com acadêmicos, profissionais e com os próprios servidores.

Frequência será necessária e sua aferição será considerada como requisito para avaliação do participante.

A proposta é a realização dos três seguintes módulos, independentes entre si:

¹ Proposta melhor desenvolvida na seção “Seminários/Palestras”.

Módulo 1 - Direito Regulatório: aspectos introdutórios

- ❖ Início em janeiro e término em abril
- ❖ Sugestão de oito encontros, cujos temas ainda serão debatidos.
- ❖ Apresentação de bibliografia teórica junto ao caso a ser analisado.
- ❖ Membro do UERJ Reg. responsável pela coordenação do módulo 1: a definir

Módulo 2 – Métodos e técnicas regulatórias inovadoras: estudos de caso

- ❖ Início em maio e término em agosto
- ❖ Sugestão de oito encontros, cujos temas ainda serão debatidos.
- ❖ Apresentação de bibliografia teórica junto ao caso a ser analisado.
- ❖ Membro do UERJ Reg. responsável pela coordenação do módulo 2: a definir

Módulo 3 – Autonomia das Agências e Governança Regulatória

- ❖ Início em maio e término em agosto
- ❖ Sugestão de oito encontros, cujos temas ainda serão debatidos.
- ❖ Apresentação de bibliografia obrigatória e complementar para cada um dos encontros.
- ❖ Membro do UERJ Reg. responsável pela coordenação do módulo 3: a definir

Seminários/Palestras

Os seminários e as palestras têm o objetivo de promover encontros de curta duração entre servidores e profissionais da área, de modo que haja a possibilidade de debate e aprofundamento em questões específicas.

O UERJ Reg se compromete a assessorar administrativamente e dar suporte na gestão de seminários/palestras.

A **Mesa de Debates Institucionais** é desdobramento do grupo de estudos e pretende ser organizado da seguinte forma: serão convidados dois ou três profissionais da área, tematicamente aderentes aos debates mais evidentes, para palestrar na parte da manhã. Na parte da tarde, serão organizadas mesas de debates em que os servidores poderão apresentar suas ideias e debater-las com o público presente. Como objetivo específico, quer-se possibilitar que o trabalho desenvolvido pelo grupo tenha alcance para além da própria instituição.

Para um ciclo de palestras, sugerimos trazer profissionais da academia e do mercado para apresentar algumas temáticas sensíveis ao cotidiano do servidor público. A seleção de temas para palestras será realizada após pesquisa realizada por *google forms* a todos os servidores da agência, com lista indicativa de temas abertos e espaço para sugestões.

Para se empreender melhor aperfeiçoamento técnico dos servidores, as palestras deverão ser presididas por um membro do UERJ Reg ou por servidor da casa, que ficará encarregado de fazer perguntas e contextualizar melhor para os participantes, bem como estimular o debate e o diálogo.

Os encontros para palestras deverão ter, no máximo, 2h de duração.

Temas possíveis: participação social nas decisões administrativas; regulação baseada em evidências; *design thinking* na regulação.

Cursos

O objetivo do curso é apresentar aos servidores doutrina especializada sobre o tema, bem como analisar casos concretos que sejam de interesse da ANP. Para fins de imediata sugestão, apresenta-se três cursos possíveis:

Curso sobre Regulação Comportamental

- ❖ 6 encontros de 4h de duração
- ❖ Proposta de programa em anexo (sujeito a alterações futuras)
- ❖ Carga horária de 30 horas
- ❖ Máximo de participantes: 20

Curso de Análise de Impacto Regulatório e Tratamento da Informação

- ❖ 6 encontros de 4h de duração
- ❖ Proposta de programa em elaboração, considerando o interesse do público em conhecimento de métodos quantitativos como análises custo-benefício ou *standard cost method*
- ❖ Carga horária de 30 horas
- ❖ Máximo de participantes: 20

- ❖ Curso ofertado pelo CEPED UERJ, sob a coordenação acadêmica do UERJ Reg, que poderá ser oferecido *in company* e ajustado aos interesses temáticos da agência;
- ❖ Proposta de programa sugerida em anexo (sujeita a futuras alterações);
- ❖ Carga horária de 30 horas;
- ❖ Máximo de participantes: 20.

Workshops de Capacitação

A capacitação deverá ser oferecida em módulos no estilo *workshop*, buscando que o participante desenvolva atividade com raciocínio lógico de resolução de casos e de busca por resultados.

Uma das demandas apresentadas em reunião foi a necessidade de criar estratégias para maior participação interna (corpo social) da ANP nas decisões administrativas. É sugestão utilizar o espaço de capacitação para empreender maior engajamento dos servidores.

Sugere-se a realização de dois *workshops* temáticos: (i) processo de tomada de decisão e (ii) tratamento da informação e simplificação administrativa. Ambos tratam de racionalidade decisória e como torná-la mais inteligível no âmbito de decisões administrativas, especialmente em diálogo com seus pares.

O modelo da capacitação é de duas tardes, no total de 8h de duração, em que se proporá 2h de explicações teóricas e 6h de dinâmicas nas turmas. As ementas dos *workshops* serão apresentadas oportunamente, quando ficar decidido suas respectivas temáticas. Haverá somente bibliografia básica e utilização de material de papelaria eventualmente para a realização das dinâmicas.

Os servidores serão avaliados somente em relação à (i) presença e (ii) participação nas dinâmicas presenciais.

Em relação à metodologia utilizada para as dinâmicas, as bases serão em *brainstorm* e *design thinking* coletivos para resolver os problemas apresentados.

Auxílio e Desenvolvimento de Atos Normativos

Apresentar uma proposta final de Guia de Boas Práticas, que já vem sendo desenvolvido nas instâncias técnicas da agência. É possível que o projeto seja realizado de forma sucessiva. Estima-se um prazo de 6 (seis) meses para sua elaboração e desenvolvimento, a contar de janeiro.

Planejamento e Datas

Para que as atividades sejam possíveis, disponibilizaremos integralmente dois participantes do grupo para a coordenação executiva do projeto, sendo um dos participantes o ponto focal. Todas as comunicações deverão ser enviadas para os e-mails pessoais dos pesquisadores indicados, com cópia para o e-mail principal do grupo (uerjreg@gmail.com).

Apresentamos a seguinte sugestão de planejamento:

Atividades:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Ajustamento da proposta de trabalho	X											
2. Início do Grupo de Estudos Módulo 1			X	X	X	X						
3. Início do Grupo de Estudos Módulo 2						X	X	X	X			
4. Início do Grupo de Estudos Módulo 3									X	X	X	X
5. Mesa de Debates Institucionais Mod.1								X				
6. Mesa de Debates Institucionais Mod.2												X
7. Mesa de Debates Institucionais Mod.3												FEV 2020
8. Curso Regulação Comportamental			X									
9. Curso Análise de Impacto Regulatório						X						
10. Curso de Análise Econômica do Direito									X			
11. Auxílio na elaboração do Guia	x	x	x	x	x	x						
12. Ciclo de Palestras			x			x			x			x
13. Workshops							x			x		

Sugerimos as seguintes datas:

- 1) Grupos de Estudo: início em 21 de março, às quintas, das 16h às 18h
- 2) Mesas de Debate Institucionais – 08 de agosto e 05 de dezembro
- 3) Curso Regulação Comportamental – início 12 de março (terças) às 8h-12h
- 4) Curso Análise de Impacto Regulatório – início 04 de junho (terças) às 8h-12h
- 5) Curso Análise Econômica do Direito – início 24 de setembro (terças) às 8h-12h
- 6) Palestras – 21.03, 20.06, 19.09, 05.12

Sobre o UERJ Reg

O UERJ Reg, que caminha para seus dois anos de existência em 2019, tem natureza de projeto de extensão, coordenando atividades eminentemente acadêmicas e de projeção social. Seu nascimento se deu em razão da Portaria nº 08, de 22 de junho de 2017 e sua formalização foi realizada com a validação de setor técnico próprio da UERJ, denominado Sub-reitoria de Extensão – SR-3. O UERJ Reg recadastra anualmente plano de trabalho e, por ser um projeto de extensão formalmente reconhecido, é obrigado a apresentar relatório anual, submetido à aprovação.

Desde sua fundação, o UERJ Reg é coordenado academicamente pelo Prof. José Vicente Santos de Mendonça e conta com o apoio dos demais Professores de Direito Público da UERJ para a realização de suas atividades. O grupo é composto por doutorandos, mestres e mestrandos. Encontram-se resumidos abaixo alguns projetos do UERJ Reg:

- a) Manutenção de uma coluna de opinião quinzenal no site jurídico JOTA (<https://www.jota.info/autor/uerj-reg->);
- b) Organização da I Olimpíada Nacional de Direito Administrativo: a Olimpíada, a ser organizada pelo UERJ Reg., contará com a participação de diversas Universidades de todo o Brasil (maio de 2019);
- c) Audiência Pública SDM nº 02/18: o UERJ Reg. apresentou contribuições à minuta que institui um novo marco no âmbito do processo administrativo sancionador da CVM e regulamenta as mudanças trazidas pela Lei nº 13.506/2017 (agosto de 2018);
- d) Organização da I Olimpíada de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro: a Olimpíada, organizada pelo UERJ Reg., contou com a participação de diversas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (julho de 2018);
- e) Amicus Curiae - RE nº 633.782/MG: o UERJ Reg. requereu ingresso, na condição de *amicus curiae*, na demanda em que se discute a constitucionalidade da delegação de poder de polícia a empresas estatais, em especial em sua fase sancionatória (maio de 2018);
- f) Manual de Boas Práticas Regulatórias da AGETRANSP: O UERJ Reg. participou da produção do Manual de Boas Práticas Regulatórias da AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro);

- g) Organização do I Fórum sobre Inovação no Direito Público: o Fórum, organizado pelo UERJ Reg., ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e contou com a participação de professores e juristas de todo o Brasil (novembro de 2017);
- h) Amicus Curiae - ADI nº 5.502/DF: o UERJ Reg. requereu seu ingresso, na condição de *amicus curiae*, na ação que tem por objeto a declaração de inconstitucionalidade do art. 4º da Lei Federal nº 13.183/2015, que instituiu a adesão automática aos fundos de previdência complementar dos três poderes da União. A manifestação do Reg. incorpora elementos de economia comportamental, especialmente os chamados *nudges*, ao debate (outubro de 2017).

Mais informações sobre o grupo e os projetos desenvolvidos podem ser encontradas no website www.uerjreg.com.br.

Anexos

Anexo I – Portaria de Criação

Anexo II – Regimento Interno

Anexo III – Projeto de Extensão 2018

Anexo IV – Projeto de Extensão 2019

Anexo V – Programa do Curso de Regulação Comportamental

Anexo VI – Programa do Curso de Análise Econômica do Direito

Anexo VII – Feedback do Seminário de Qualidade Regulatória da ANP - 14 de junho de 2018

Rio de Janeiro, novembro de 2018

José Vicente Santos de Mendonça

Ana Luiza Calil

Carina de Castro Quirino

Felipe Pereira

Pedro Dionísio



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Direito
Gabinete da Direção



PORTARIA 08/2017

CRIA O LABORATÓRIO DE REGULAÇÃO
ECONÔMICA.

O DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições:

Considerando a autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição da República e o disposto no artigo 40, do Regimento Geral da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando as questões que vem sendo seguidamente suscitadas quanto à relação entre direito e economia em seus vários âmbitos e perspectivas;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação do Laboratório de Regulação Econômica da Faculdade de Direito da UERJ direcionada à pesquisa e ao engajamento dos alunos da graduação e da pós-graduação em questões e debates relacionados à regulação da economia e democracia, sob orientação de professores da Faculdade.

Art. 2º - O Laboratório de Regulação e Democracia - UERJ Reg. Tem como objetivos:

- I) Contribuir para o debate jurídico sobre regulação econômica;
- II) Subsidiar tecnicamente o processo decisório de agências reguladoras e entidades assemelhadas;
- III) Prestar apoio a entidades da sociedade civil em ações relacionadas à regulação econômica;
- IV) Consolidar a Faculdade de Direito da UERJ como fórum técnico e especializado em estudos jurídicos de regulação econômica.

Art. 3º - O Laboratório UERJ Reg. Será coordenado por um professor de Direito Administrativo da FDIR-UERJ e contará com um conselho executivo e membros colaboradores e permanentes.

Parágrafo único – O Regimento Interno do Laboratório de Regulação Econômica da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro – UERJ REG. Estabelecerá a forma de consecução de tais objetivos.

Faculdade de Direito, em 22 de junho de 2017.


Ivan Simões Garcia

Vice- Diretor da Faculdade de Direito

Ivan Simões Garcia
Vice-Diretor da
Faculdade de Direito-UERJ
Matr. 35968-7/10 142657

REGIMENTO INTERNO

Objetivos.

Art. 1º. O Laboratório de Regulação Econômica – *UERJ Reg.* – é entidade sem fins lucrativos vinculada à Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e tem por objetivos:

- I – contribuir para o debate jurídico sobre regulação econômica;
- II – subsidiar tecnicamente o processo decisório de agências reguladoras e entidades assemelhadas;
- III – prestar apoio a entidades da sociedade civil em ações relacionadas à regulação econômica;
- IV – consolidar a Faculdade de Direito da UERJ como fórum técnico e especializado em estudos jurídicos de regulação econômica.

Par. Único. São valores do UERJ Reg. a ética, a livre iniciativa, a sustentabilidade, a inclusão, a inovação, a imparcialidade política, a razão pública, a busca e a consideração de evidências empíricas e o recurso ao método científico.

Atividades.

Art. 2º. Os objetivos do UERJ Reg. serão alcançados, dentre outras, pelas seguintes atividades:

- I – participação em audiências e consultas públicas, ou em outras formas de colaboração da sociedade para o processo decisório das agências reguladoras e entidades assemelhadas;
- II – atuação como *amicus curiae* em demandas administrativas e judiciais que envolvam regulação econômica;
- III – organização de atividades acadêmicas sobre regulação econômica, tais como seminários, cursos, *workshops*, palestras, debates e aulas;
- IV – divulgação dos relatórios de trabalho e das conclusões da pesquisa em artigos acadêmicos, colunas jornalísticas e livros.

Composição.

Art. 3º. O UERJ Reg. será coordenado por um professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ e contará com a seguinte estrutura:

I – uma equipe de *membros permanentes*, composta por docentes da UERJ e discentes ou ex-discentes do PPGDIR-UERJ e de outros programas de pós-graduação em sentido estrito da UERJ;

III – uma equipe de *membros colaboradores*, composta por docentes, discentes e ex-discentes da UERJ e de outras instituições de ensino superior ou de pesquisa a participarem de projetos

IV – uma equipe de *estagiários*, composta por discentes regularmente inscritos na graduação da Faculdade de Direito da UERJ.

Parágrafo único. As reuniões do UERJ Reg. ocorrerão com periodicidade mínima bimestral, e, a qualquer tempo, por convocação do Professor Coordenador.

Admissão e exclusão de membros.

Art. 4º. A aprovação de novos membros permanentes dependerá da deliberação e aprovação pelos membros ativos e pelo Professor Coordenador, devendo considerar:

I – a quantidade de vagas disponíveis;

II – a participação prévia do candidato como membro colaborador ou estagiário em projetos vinculados ao UERJ Reg.;

II – a pertinência do currículo do candidato com as atividades desempenhadas pelo UERJ Reg.

§ 1º. Os processos seletivos para admissão de novos membros permanentes serão realizados anualmente.

§ 2º. Os processos seletivos para vagas de estagiários necessariamente incluirão a realização de prova escrita e de entrevista.

Art. 5º. A exclusão de membros ativos ou estagiários ocorrerá ocorrer em casos de desempenho insatisfatório, a ser deliberado pela maioria dos demais membros ativos e pelo Professor Coordenador.

Financiamento.

Art. 6º. O recebimento de verbas públicas ou privadas, por intermédio de convênios, parcerias ou termos de cooperação será imediatamente comunicado à Diretoria da Faculdade de Direito e publicado em sítio eletrônico.

Conflito de interesses.

Art. 7º. Os UERJ Reg. devem atuar de forma isenta e transparente, não podendo atuar junto a temas nos quais possuam interesse econômico direto, e, em todo caso, devendo realizar *disclaimers* sobre potenciais focos de conflito.

Casos omissos.

Art. 8º. Os casos omissos serão decididos pelo coordenador do UERJ Reg. ouvidos, sempre que possível, os demais membros.

Rio de Janeiro, 01º de dezembro de 2017

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA
Professor Coordenador do Laboratório UERJ Reg

ANEXO ÚNICO – QUADRO DE MEMBROS FUNDADORES

Professor Coordenador:

PROF. DR. JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

Pesquisadores:

ANA LUÍZA FERNANDES CALIL
ANDRÉ LUIZ BATALHA ALCÂNTARA
ANDRÉ RIBEIRO TOSTA
BRUNO ARCANJO
CARINA DE CASTRO QUIRINO
FELIPE BARBOZA PEREIRA
JOÃO PEDRO ACCIOLY TEIXEIRA
LEONARDO CUNHA
PEDRO DIONISIO
LUIS LOPES MARTINS
MATHEUS MEOTT SILVESTRE
RENATO TOLEDO CABRAL JUNIOR
TERESA CRISTINA DE M. COSTA



Cadastro de Projetos de Extensão

- Projeto Recadastrado -



P6960

Número: 5324
Ano: 2018

Andamento: Ação Aguardando Documentação em 10/12/2017

1 - Identificação				
Título:	LABORATÓRIO DE REGULAÇÃO ECONÔMICA (UERJ Reg)			
Coordenador(a):	Matrícula:	00389734		
	Nome:	JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA		
Unidade:	FACULDADE DE DIREITO			
Departamento:	DEPTO. DE DIREITO DO ESTADO			
E-mails da Coordenação:	jose.vicente@terra.com.br jv.sm@terra.com.br carinacastrodir@gmail.com			
Telefones da Coordenação:	Tipo	DDD	Número	Ramal
	Celular	21	74450059	
	Celular	21	99114455	
Endereço da Coordenação:	Logradouro:	Rua Belford Roxo		
	Número:	271		
	Complemento:	ap 301		
	Bairro:	Copacabana		
	Município:	Rio de Janeiro		
	CEP:	22020010		
Unidades Envolvidas:	FACULDADE DE DIREITO			



2 - Caracterização

Título do programa vinculado:	"Não Vinculado"	
É curricular ?	Sim	
Natureza:	Projeto	
Abrangência:	Nacional	
Locais de Realização:	Instituição	Município
	Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Público Alvo:	Sociedade civil, agentes públicos pertencentes à Administração Pública em âmbito nacional, discentes e docentes dos cursos de Ciências Sociais Aplicadas, principalmente do curso de Direito; mestrandos, doutorandos e professores vinculados a Programas de Pós-Graduação em Direito.	
Grande Área de Conhecimento do CNPq:	Ciências Sociais Aplicadas	
Área Temática Principal:	Direitos Humanos e Justiça	
Área Temática Secundária:	Educação	
Linha de Extensão:	Direitos individuais e coletivos	

Parcerias Internas

Parcerias Externas

3 - Descrição

Resumo:	Há necessidade de se aperfeiçoar o espaço regulatório não somente de forma a melhorar a racionalidade regulatória de cada setor, mas possibilitar que haja verdadeira troca de informações e experiência institucionais e criar um sistema regulatório uniforme e transparente. Tal melhora possibilita que as informações sejam mais inteligíveis e, consequentemente, oportuniza a participação da sociedade civil nos fóruns públicos. Foca-se na interdisciplinaridade e na análise de dados. Neste contexto, o projeto se propõe a (i) criação do denominado Laboratório de Regulação Econômica – UERJ Reg., entidade sem fins lucrativos vinculada à Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, direcionado à pesquisa e ao engajamento dos alunos da Graduação e da Pós-Graduação em questões e debates relacionados à regulação da economia, sob orientação de professores da Faculdade de Direito da UERJ, que tem por objetivos: (i) participação em audiências e consultas públicas, ou em outras formas de colaboração da sociedade para o processo decisório das agências reguladoras e entidades assemelhadas; (ii) atuação como amicus curiae em demandas judiciais que envolvam regulação econômica; (iii)
---------	---



	organização de atividades acadêmicas sobre regulação econômica, tais como seminários, cursos, workshops, palestras, debates e aulas; (iv) divulgação dos relatórios de trabalho e das conclusões da pesquisa em artigos acadêmicos, colunas jornalísticas e livros.
Palavra-Chave 1:	Regulação Econômica
Palavra-Chave 2:	Participação popular
Palavra-Chave 3:	Consultas Públicas
Introdução:	As narrativas doutrinárias do Direito Constitucional Econômico focaram, e, em algum grau, ainda focam, ou em categorias autojustificadas (o conceito jurídico de monopólio público, por ex.), ou em construções ideológicas a favor ou contra a intervenção do Estado na economia. E, no início, o debate sobre a regulação pública da economia se centrava em sua legitimação constitucional. Podem existir agências reguladoras no Brasil? Elas podem exercer poder normativo? Estas eram as perguntas arquetípicas da época. Mas o quadro começa a mudar. De fato, atualmente se vê a busca por pontos de contato entre a regulação pública da economia, em seu aporte jurídico, e saberes como a microeconomia, a estatística, a matemática, a psicologia social. O conhecimento jurídico não se basta: ele se abre, e se torna um, com outros conhecimentos. Neste passo, o viés ideológico se busca neutralizar com o apoio de um ferramental mais sofisticado, e metodologicamente mais controlável, do que a simples "opinião de jurista". E, quanto aos assuntos, a pauta não é mais ocupada pela discussão sobre a legitimidade da regulação pública, ou sobre quais seus limites constitucionais. O temário se volta à qualidade da regulação atualmente exercida, ao experimentalismo regulatório, e à comparação com modelos internacionais. O Direito Regulatório é hoje mais pragmático, experimental, e transdisciplinar. É sabendo disso que se propõe o presente projeto, cuja proposta é a de participação da universidade em audiências e consultas públicas, ou em outras formas de colaboração da sociedade para o processo decisório das agências reguladoras e entidades assemelhadas. Pretende-se com este projeto de extensão projetar as atividades de questionamento teórico e pesquisas, tão típicas da vida acadêmica, em fóruns públicos em que a deliberação tem sido objeto de interesse somente de grupos econômicos específicos, seja porque a sociedade não tem interesse pelo debate, seja porque não tem informação inteligível o suficiente para o debate (como por exemplo a composição dos custos tarifários de transporte público).
Justificativa:	O projeto de extensão pretende contribuir para o desenvolvimento e estabelecimento de diálogo permanente entre instituições públicas e instituição acadêmica, permitindo a oxigenação do tecnicismo



	governamental, judicial ou legislativo com ideias e suporte teórico e experimental advindos da instituição universitária. Esta relação simbiótica ainda não se vê com nitidez no Brasil, haja vista a dificuldade natural existente em se construir um ambiente de interação entre ambas as instituições. A originalidade do projeto funda-se em estabelecer tais diálogos via mecanismos institucionalizados, tais como a participação do laboratório em Consultas e Audiências Públicas, organização de cursos de formação, organização de eventos científicos, dentre outros. Há quem considere que o processo de criação de agências reguladoras no Brasil fez com que se criasse um ambiente de isolamento da participação popular, criando-se ilhas técnicas e sem o estabelecimento de espaços de diálogo e deliberação com a sociedade. O projeto busca criar uma ponte entre instituições públicas e sociedade, de modo a possibilitar debates sobre regulação econômica não somente pela criação de um laboratório que participará de audiências e consultas públicas, mas também por oferecer informação inteligível/acessível para a sociedade via elaboração de documentos e de cursos de formação, bem como outros mecanismos que se demonstrem aptos para tanto. Quanto a isto, o projeto de extensão se propõe a (i) conhecer como as instituições contribuem para a realização dos objetivos e metas jurídico-políticos estabelecidos constitucional e infraconstitucionalmente; (ii) analisar como o desempenho da atividade institucional pode assegurar maior eficiência às “respostas” frente aos problemas sociais; (iii) colaborar com o desenvolvimento de instrumentos e mecanismos que possibilitem uma maior integração entre sociedade e debates técnicos realizados em instituições.
Objetivo geral:	Reunir pesquisadores alinhados à presente pesquisa com enfoque específico sobre particularidades da atividade regulatória brasileira, de modo que seja possível contribuir para o debate jurídico sobre regulação econômica
Objetivos específicos:	a) subsidiar tecnicamente o processo decisório de agências reguladoras e entidades assemelhadas; b) prestar apoio a entidades da sociedade civil em ações relacionadas à regulação econômica; c) consolidar a Faculdade de Direito da UERJ como fórum técnico e especializado em estudos jurídicos de regulação econômica; d) construir vínculos institucionais entre pesquisa acadêmica, prática institucional e deliberação com a sociedade, ou seja, constituir um intercâmbio efetivo entre o conhecimento da pesquisa acadêmica e a atividade administrativa, procedimental e prestacional das instituições, possibilitando maior diálogo com a sociedade; e) construir um núcleo de desenvolvimento acadêmico que qualifique e proporcione experiências integradas entre graduação, pós-graduação, docentes e profissionais das instituições brasileiras; e f) busca-se integrar com



	outras Ciências Sociais Aplicadas que possam eventualmente prestar auxílio na consecução dos objetivos pretendidos.
Metodologia e Avaliação:	O presente projeto possui como principal instrumento de análise o recurso às áreas teóricas e doutrinárias das Ciências Jurídicas e Econômicas, além da Política. Para tanto, recorre-se às perspectivas teóricas do domínio das teorias constitucionais e administrativistas, sobretudo no que tange à regulação. O aproveitamento de outras áreas de conhecimento se fará necessário na medida em que os desdobramentos das pesquisa e da redação das minutas exigirem maior ou menor aprofundamento naquela área. Em segundo lugar, o projeto utilizará como fontes primárias de pesquisa a documentação de textos científicos de revistas, de livros doutrinários e sítios eletrônicos, além de documentos normativos e os próprios relatórios da pesquisa. Em terceiro lugar, a sistemática do projeto deverá obedecer a alguns ditames gerais no seu curso pragmático: (I) modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de diretriz para a sustentação e defesa do argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles adotados como estria de raciocínio; (II) o delineamento da extensão e profundidade dos tópicos abordados e o mapeamento de textos doutrinários e legais com que se deve tratar o material recorrente ao objeto de estudo, que estarão necessariamente ligados aos temas que serão objeto dos fóruns públicos ou qualquer estudo sobre regulação econômica desenvolvido pelo Laboratório. A metodologia de estudo procurará, assim, apresentar os recursos teóricos disponíveis para o enfoque de análise das regulamentações institucionais, da atividade administrativo jurisprudencial das instituições e será de extrema relevância conhecer a experiência e os aspectos internos das instituições selecionadas, o que será obtido por meio de visitas in loco, entrevistas e a própria participação de membros de carreira internos às instituições estudadas, entre outros métodos que possam servir ao propósito.
Tem Relação com ensino?	Sim
Tem Relação com pesquisa?	Sim
Relação ensino, pesquisa e extensão:	O presente projeto de pesquisa pretende manter suas atividades sob a perspectiva de integração entre o pesquisador e os pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Direito (UERJ) e os graduandos da Faculdade de Direito (UERJ), criando um envolvimento que desperte interesse pela pesquisa na formação acadêmica. Pretende-se desenvolver um intercâmbio de informações e experiências de maneira que esses três graus de formação se fortaleçam e tragam benefícios para o universo acadêmico, a pesquisa no plano nacional e a própria sociedade brasileira. Em particular, acredita-se que a meta de integração entre professor, mestrands, doutorandos e graduandos proporcione uma contribuição direta para o desenvolvimento da



	pesquisa nacional. Além da integração intramuros na Universidade, pretende-se, com o presente projeto, desenvolver convênios com as instituições sob análise para que tenhamos maior facilidade aos dados e informações pertinentes. Impactos socioeconômicos Busca-se, com este projeto, conhecer e contribuir para a atividade e o exercício das funções institucionais públicas ante a crescente demanda social por melhores informações e maior participação no processo de tomada de decisão. O projeto busca estabelecer verdadeiro espaço de troca de informação entre instituições públicas e sociedade, possibilitando informações mais inteligíveis sobre o cenário das regulações econômicas.
Referências bibliográficas:	ÁVILA, Humberto. Repensando o "princípio da supremacia do interesse público sobre o particular". In: Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. N. 11. Set./out./nov. 2007. (Disponível na Internet.) BORGES, Alice Gonzalez. Supremacia do Interesse Público: desconstrução ou reconstrução? In: Revista de Direito do Estado. N. 3. Rio de Janeiro: Renovar. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Serviço Público e Regulação Sistêmica. In: Serviços Públicos e Direito Tributário (coord. Heleno Taveira Torres). São Paulo: Quartier Latin, 2005. COHEN, Joshua. Philosophy, politics, democracy: selected essays. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 16-37. COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. 5a ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Limites da Função Reguladora das Agências Diante do Princípio da Legalidade. In: Direito Regulatório. Belo Horizonte: Fórum, 2003. DOURADO, Maria Cristina Cesar de Oliveira. O Repensar do Conceito de Serviço Público. In: Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A & C, vol. 6. Juruá. FÉRES, Marcelo Andrade. O Estado empresário: reflexões sobre a eficiência do regime jurídico das sociedades de economia mista na atualidade. In: Revista de Direito do Estado. Ano 2, nº 6. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006. pp. 283-285. GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O serviço público e a Constituição brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003. HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass. The cost of rights: why our liberties depend on taxes.



Resultados esperados:	a) participação em audiências e consultas públicas, ou em outras formas de colaboração da sociedade para o processo decisório das agências reguladoras e entidades assemelhadas; b) atuação como amicus curiae em demandas judiciais que envolvam regulação econômica; c) organização de atividades acadêmicas sobre regulação econômica, tais como seminários, cursos, workshops, palestras, debates e aulas públicas; d) divulgação dos relatórios de trabalho e das conclusões da pesquisa em artigos acadêmicos, colunas jornalísticas e livros, utilizando-se principalmente de sítio eletrônico permanentemente disponibilizado. Todos os materiais produzidos serão de livre e desembaraçado acesso, bem como haverá tratamento da informação para que se torne mais inteligível para a sociedade.
Cronograma de Atividades:	Maio 2017 - Julho 2017: Atividade 1 - Levantamentos e Debates a) reuniões temáticas e levantamento de dados sobre as instituições investigadas: pretende-se a partir de reuniões de trabalho discutir e identificar os temas de interesse de participação acadêmica, para fins de mapeamento de Consultas e Audiências Públicas; b) revisão bibliográfica para debates e relatórios: dada a bibliografia básica e específica sobre os temas envolvidos neste projeto, serão levantadas as questões mais pertinentes à fundamentação teórica pretendida ; c) elaboração de minutas técnicas/acadêmicas para fins de participação nos fóruns públicos pertinentes. Agosto 2017 - Novembro 2017: Atividade 2 – Análise e Sistematização a) averiguação dos pressupostos teóricos utilizados nos instrumentos/ documentos apresentados na participação do laboratório, monitorando os efeitos resultantes de sua utilização em fóruns públicos (se houve eventual impacto da atuação do Laboratório e quais foram); b) acompanhamento dos desdobramentos do objeto referente aos fóruns públicos em que o Laboratório participou, monitorando as deliberações públicas e avaliar a possibilidade de oportunamente contribuir com nova manifestação. Dezembro 2017 a Abril 2018: Atividade 3 – Produção e Divulgação A pesquisa pretende trazer a possibilidade de publicação de resultados teóricos e empíricos de grande relevância para o estudo da Regulação Econômica, criando inputs e outputs entre instituições públicas, universidade e sociedade civil. No processo de investigação e de manifestação nos fóruns públicos, o objetivo de contribuir para o debate jurídico sobre regulação econômica se faz presente não só para auxílio na deliberação pública, mas igualmente se pretende importante para o aperfeiçoamento teórico dos debates em Direito Regulatório. Portanto, o projeto se preocupará em realizar (i) publicação de artigos científicos e livro; (ii) elaboração de relatório periódico das atividades desenvolvidas.



5 - Relatório de Atividade : 2017

Nº de pessoas envolvidas na execução do projeto:	2	Docentes da UERJ
	0	Docentes Externos
	0	Alunos de graduação (Bolsistas de Extensão)
	0	Alunos de graduação (Outros Bolsistas)
	3	Alunos de graduação (Não Bolsistas)
	13	Alunos de pós graduação
	0	Servidores técnicos administrativos - UERJ
	0	Servidores não docentes - outros órgãos públicos ou instituição de Ensino Superior
	0	Comunidade Externa
Público Atingido:	200	Nº de Pessoas da Comunidade Interna
	5000	Nº de Pessoas da Comunidade Externa
Metas e objetivos alcançados:	O UERJ Reg alcançou os seguintes objetivos: a) subsidiou tecnicamente o processo decisório da AGETRANSP, parceria estabelecida por ato normativo (Portaria AGETRANSP nº 212/2017, art. 2º, b), realizando o Manual de Regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro; b) consolidou a Faculdade de Direito da UERJ como fórum técnico e especializado em estudos jurídicos de regulação econômica, por meio da construção da coluna no Portal JOTA e por ter realizado o I Fórum sobre Inovação no Direito Público, que contou com 15 palestrantes de três diversas regiões do país e com mais de 60 resumos e artigos científicos submetidos por diversos estudantes de todas as regiões do país; c) construiu vínculos institucionais entre pesquisa acadêmica, prática institucional e deliberação com a sociedade, por meio de ajuizamento das peças na qualidade de amicus curiae no Supremo Tribunal Federal; d) construiu um núcleo de desenvolvimento acadêmico que qualifique e proporcione experiências integradas entre graduação, pós-graduação, docentes e profissionais das instituições brasileiras.	
Impacto na formação do estudante técnico-científica, pessoal e social:	Quanto aos que participam da equipe do projeto, o UERJ Reg exige que todos os pesquisadores debatam de forma igual em mesmo ambiente decisório. Todos os estudantes de graduação, pós-graduação e docente pertencente ao grupo são estimulados a dialogarem e produzirem textos acadêmicos e trabalhos em equipe, de modo que há efetiva colaboração entre todos no debate. São, ao todo, 17 pesquisadores presentes em encontros quinzenais. Quanto aos estudantes que estiveram em contato com os produtos elaborados pelo UERJ Reg (artigos de opinião, científicos, trabalhos técnicos e eventos), não há	



	dúvida de que os veículos de comunicação alcançaram grande grupo e com ele dialoga substancialmente a cada produto. Esta é uma afirmativa possível em razão de alguns resultados colhidos, como ter 1.700 seguidores na página do facebook, grande parte de alunos de graduação e pós-graduação de diversos estados.
Impacto social pela ação transformadora sobre o tema/problema que constitui o seu objetivo de ação:	O impacto social do UERJ Reg pode ser dividido basicamente em duas propostas: (i) informativa e (ii) advocacia pública. A manutenção de coluna quinzenal tem por objetivo informar a população, de forma muito clara e simples, sobre os mais relevantes e sensíveis temas da regulação pública. Há estimativa vinda do site JOTA de que os 15 (quinze) artigos publicados até o presente momento tenham alcançado mais de 5.000 leitores, quantitativo este que é extremamente relevante, tendo em vista que os temas são por vezes complexos e, por isso, alcançam pouco interesse da sociedade em geral. Há comprometimento da equipe de pesquisadores em tornar as temáticas de regulação pública acessíveis aos leitores não especializados, sem contudo perder o conteúdo complexo. Já na proposta de impacto social pela atividade de advocacia pública, o UERJ Reg desenvolveu atividades em conjunto com a AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro), bem como propôs duas peças na qualidade de amicus curiae em questões que são atinentes ao objeto de pesquisa. Assim, utiliza-se do seu ferramental teórico acadêmico para pensar, em fóruns públicos, em composições de problemas postos.
Impacto sobre a produção e difusão de novos conhecimentos e metodologias:	O UERJ Reg se propôs a debater novos temas, pertencentes à pauta pública. Para tanto, a equipe se propôs, como já dito acima, a pensar novas formas de alcance: temas complexos não alcançam a sociedade muitas vezes pela sua linguagem sofisticada. É preciso simplificar a informação, sem que se perca a qualidade. É essa proposta metodológica que estão nos textos (artigos de opinião e trabalhos técnicos) elaborados pela equipe. Também se busca diversas formas de reabilitar temas complexos de regulação econômica. Uma delas tem sido a facilitação de vídeos ao vivo em eventos acadêmicos. No I Fórum sobre Inovação no Direito Público, a equipe organizou mecanismo de transmissão ao vivo online das palestras para todo o Brasil, de modo que o alcance total dos vídeos somou mais de mil visualizações.
Produtos, publicações, cursos e/ou eventos derivados da atividade:	Publicações no JOTA: 1. PL das Agências: quando o possível ainda é pouco Publicado em 16 de maio de 2017 - José Vicente Santos de Mendonça 2. Cannabis medicinal e o papel da ANVISA Publicado em 24 maio de 2017 - André Tosta 3. Jogos de azar: proibir é a única solução? Publicado em 01 junho de 2017 - Carina Quirino, Renato Toledo e Anaile Vidal 4. Nomeações para tribunais de contas: é preciso controlar Publicado em 13 junho de 2017 - João Pedro Accioly e Teresa Melo 5. Brasil na OCDE: o manual de etiqueta no clube dos ricos Publicado em 04 julho de 2017 - Matheus Meott 6. Economia colaborativa e ociosidade dos bens públicos



	Publicado em 25 julho de 2017 - Pedro Dionisio 7. Acaba de nascer a Agência Nacional da Mineração Publicado em 26 julho de 2017 - José Vicente Santos de Mendonça 8. A atuação da ANCINE em relação à publicidade na internet Publicado em 08 agosto de 2017 - Mariana Vianna, Ana Luiza Calil e Leonardo Cunha 9. ANVISA pode proibir cigarros com sabor? Publicado em 17 agosto de 2017 - Matheus Meott e Carolina Fidalgo 10. Discutindo a relação Congresso e Agências Reguladoras Publicado em 31 agosto de 2017 - João pedro Accionly e Renato Porto 11. Sozinha a CVM não domestica a vaquinha Publicado em 21 setembro de 2017 - Cesar Lima, Ketlyn Chaves e João Galdi 12. Adesão automática à previdência complementar é constitucional Publicado em 06 outubro de 2017 - Equipe UERJ Reg 13.O Nobel que mudou a Economia pode mudar o Direito Publicado em 09 outubro de 2017 - Carina Quirino 14.O Airbnb e o pesadelo da indústria hoteleira Publicado em 02 novembro de 2017 - Ana Luiza Calil 15.Diretrizes gerais de AIR: um passo de um longo caminho Publicado em 28 novembro de 2017 - Equipe UERJ Reg Trabalhos Técnicos: 1. Amicus Curiae - FUNPRESP 2. Manual de Boas Práticas Regulatórias - AGETRANSP 3. Consulta Pública AIR _ Casa Civil 4. Consulta Pública ANP 5. Amicus Curiae - BH Trans Evento: I Fórum sobre Inovação no Direito Público: Diagnósticos e Propostas - PAEP CAPES
Divulgação das atividades em eventos internos e/ou externos à UERJ:	As atividades desenvolvidas pelo UERJ Reg são difundidas em três grandes canais de comunicação permanente: site (https://www.uerjreg.com.br), página no facebook (https://www.facebook.com/uerjreg) e pela coluna permanente do laboratório no Portal JOTA. Ademais, nesse semestre, o UERJ Reg elaborou o I Fórum sobre Inovação no Direito Público, evento de alcance nacional, com palestrantes de três distintas regiões do Brasil e com transmissão ao vivo pelo facebook.
Outras informações relevantes para a avaliação do projeto:	O projeto tem sido muito bem recebido pela comunidade acadêmica e governamental. Muitos são os interessados em fazer parcerias, como professores de outras instituições e de outras áreas. A equipe tem se organizado para dialogar com os interessados e construir projetos comuns.

6 - Plano de Trabalho : 2018



Resultados esperados:	a) participação em audiências e consultas públicas, ou em outras formas de colaboração da sociedade para o processo decisório das agências reguladoras e entidades assemelhadas; b) atuação como amicus curiae em demandas judiciais que envolvam regulação econômica; c) organização de atividades acadêmicas sobre regulação econômica, tais como seminários, cursos, workshops, palestras, debates e aulas públicas; d) divulgação dos relatórios de trabalho e das conclusões da pesquisa em artigos acadêmicos, colunas jornalísticas e livros, utilizando-se principalmente de sítio eletrônico permanentemente disponibilizado. Todos os materiais produzidos serão de livre e desembaraçado acesso, bem como haverá tratamento da informação para que se torne mais inteligível para a sociedade
Cronograma de Atividades:	Janeiro a Abril 2018: Atividade 1 - Levantamentos e Debates. a) reuniões temáticas e levantamento de dados sobre as instituições investigadas: pretende-se a partir de reuniões de trabalho discutir e identificar os temas de interesse de participação acadêmica, para fins de mapeamento de Consultas e Audiências Públicas; b) revisão bibliográfica para debates e relatórios: dada a bibliografia básica e específica sobre os temas envolvidos neste projeto, serão levantadas as questões mais pertinentes à fundamentação teórica pretendida; c) elaboração de minutas técnicas/acadêmicas para fins de participação nos fóruns públicos pertinentes. Maio a Agosto 2018: Atividade 2 – Análise e Sistematização a) averiguação dos pressupostos teóricos utilizados nos instrumentos/documentos apresentados na participação do laboratório, monitorando os efeitos resultantes de sua utilização em fóruns públicos (se houve eventual impacto da atuação do Laboratório e quais foram); b) acompanhamento dos desdobramentos do objeto referente aos fóruns públicos em que o Laboratório participou, monitorando as deliberações públicas e avaliar a possibilidade de oportunamente contribuir com nova manifestação. Setembro a Dezembro 2018: Atividade 3 – Produção e Divulgação A pesquisa pretende trazer a possibilidade de publicação de resultados teóricos e empíricos de grande relevância para o estudo da Regulação Econômica, criando inputs e outputs entre instituições públicas, universidade e sociedade civil. No processo de investigação e de manifestação nos fóruns públicos, o objetivo de contribuir para o debate jurídico sobre regulação econômica se faz presente não só para auxílio na deliberação pública, mas igualmente se pretende importante para o aperfeiçoamento teórico dos debates em Direito Regulatório. Portanto, o projeto se preocupará em realizar (i) publicação de artigos científicos e livro; (ii) elaboração de relatório periódico das atividades desenvolvidas.



7 - Demanda de Bolsa de Extensão

Nº de bolsas solicitadas:	3
Plano de Atividades do(s) Bolsistas(s):	Auxiliar nas atividades principais do laboratório, tais como: a) organizar agenda de consultas e audiências públicas das agencias reguladoras federais e estaduais; b) organizar mailing list e as notícias semanais que o UERJ Reg envia (newsletter com mais de 300 cadastrados); c) organizar lista de fomento público que pode auxiliar na captação de recursos para a atividade do laboratório; d) elaborar projeto de pesquisa para tentar fomento público nos principais editais nacionais e estaduais; e) elaborar relatórios de prestação de contas e relatórios científicos sobre o projeto; f) fazer divulgação das atividades do laboratório nas mídias sociais; g) organizar agenda com os principais eventos nacionais, estaduais e regionais sobre regulação econômica; h) elaborar agenda com os casos em pauta no Supremo Tribunal Federal que estejam alinhados ao objeto de pesquisa do UERJ Reg e que possam ser objeto de manifestação pelo laboratório, na qualidade de amicus curiae.

8 - Membros da Equipe

Nome:	JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA (COORDENADOR)
Cargo:	DOCENTE/PROF ADJUNTO
Matrícula:	00389734
CPF:	08197647798
Tipo de vínculo:	Professor Efetivo
Nome:	Luis Felipe Lopes Martins
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	12432677714
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Andre Luiz Batalha Alcântara
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	13539220739
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação



Nome:	Cesar Henrique Ferreira Lima
Cargo:	
Matrícula:	201410242411
CPF:	13814017757
Tipo de vínculo:	Aluno da Graduação Não Bolsista
Nome:	Teresa Cristina de Melo Costa
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	07679752788
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Renato Toledo Cabral Junior
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	13284971785
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Matheus Meott Silvestre
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	14609076713
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Ketlyn Chaves de Souza
Cargo:	
Matrícula:	201410239711
CPF:	11719492786
Tipo de vínculo:	Aluno da Graduação Não Bolsista
Nome:	Carina de Castro Quirino
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	11275455743
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Felipe Barboza Pereira
Cargo:	



Matrícula:	
CPF:	05197132736
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Pedro de Hollanda Dionísio
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	13621110747
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	João Pedro Accioly Teixeira
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	10448605708
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Andre Ribeiro Tosta
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	14637586771
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	João Manoel Andrade Maciel da Silva Campos Galdi
Cargo:	
Matrícula:	201410231711
CPF:	15950005775
Tipo de vínculo:	Aluno da Graduação Não Bolsista
Nome:	Bruno Arcanjo
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	05915888704
Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
Nome:	Ana Luiza Fernandes Calil
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	14089470722



UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
SR3 - Sub-Reitoria de Extensão e Cultura
DEPEXT - Departamento de Extensão



Tipo de vínculo:	Aluno da Pós Graduação
------------------	------------------------

Data ____ / ____ / ____

Coordenador da Atividade

Coordenador do Núcleo de Extensão

Diretor da Unidade

Regulação Comportamental

Modalidade:

Curso de Curta Duração

Duração:

30h (12 aulas de 2h30m de duração)

I. Ementa:

A regulação comportamental é uma realidade nas Administrações Públicas contemporâneas. Tão pujante que se expande cada vez mais por diversas Administrações Públicas. As descobertas das ciências cognitivas podem se tornar um ponto de viragem para a teoria e para a prática de elaboração de políticas regulatórias. Ao tentar criar mecanismos que analisam a forma pela qual pessoas realmente fazem escolhas e decidem, de maneira sistemática, as ciências cognitivas acrescentam um degrau informacional, possibilitando uma melhor formulação de regulamentações e adequação de políticas afinadas ao interesse público a que se destinam realizar.

Racionalidade Limitada e Herbert Simon – Limitações Cognitivas e Teoria Prospectiva: as descobertas de Kahneman e Tversky – Heurísticas e Vieses em espécie – Processo decisório e arquitetura de escolha: ferramentas de análise de decisão – Incerteza e Risco – Economia comportamental e políticas regulatórias (I): as matrizes norte-americana e europeia – Economia comportamental e políticas regulatórias (I): críticas – Paternalismo Libertário: perspectivas americana e brasileira – Teoria da Escolha Pública Comportamental – Métodos da Economia Comportamental: a utilização de randomized controlled test – Teoria da Escolha Pública Comportamental – Perspectiva internacional da aplicação da economia comportamental a políticas públicas: os casos do Bando Mundial e do World Trade Organization – Políticas regulatórias específicas (I): combate à pobreza – Políticas regulatórias específicas (II): serviços públicos - Workshop de debates sobre os trabalhos produzidos

II. Objetivos:

Objetivo principal: Apresentar os mecanismos de economia comportamental utilizados por diversos países e órgãos internacionais para o aperfeiçoamento das políticas regulatórias e sua possível utilização no Brasil.

Objetivos específicos:

- a) Apresentar conceitos da psicologia social que sirvam de suporte teórico para compreender as principais premissas da economia comportamental;
- b) Compreender as principais premissas da teoria prospectiva e o impacto do experimentalismo para a melhor compreensão do processo de racionalidade decisória do indivíduo;
- c) Compreender os métodos experimentais da economia comportamental para construção e aperfeiçoamento de políticas regulatórias;
- d) Criticar a economia comportamental como instrumento de aperfeiçoamento regulatório;

e) Aplicar a economia comportamental no Brasil e em quais situações ela se apresenta em cenário pátrio, em âmbito público.

III. Metodologia:

Aulas expositivas, análise de textos e discussões temáticas a serem realizadas individualmente e em grupos. Elaboração de textos e análise jurisprudencial. Utilização de Direito Comparado.

IV. Programação:

Encontro 1 – Racionalidade Limitada e Herbert Simon

Encontro 2 – Limitações Cognitivas e Teoria Prospectiva: as descobertas de Kahneman e Tversky

Encontro 3 – Heurísticas e Vieses em espécie

Encontro 4 – Processo decisório e arquitetura de escolha: ferramentas de análise de decisão

Encontro 5 – Incerteza e Risco

Encontro 6 – Economia comportamental e políticas regulatórias (I): as matrizes norte-americana e europeia

Encontro 7 – Economia comportamental e políticas regulatórias (I): críticas

Encontro 8 – Paternalismo Libertário: perspectivas americana e brasileira

Encontro 9 – Teoria da Escolha Pública Comportamental

Encontro 10 – Métodos da Economia Comportamental: a utilização de *randomized controlled test*

V. Bibliografia Básica:

HASTIE, Reid; DAWES, Robyn. Rational choice in an uncertain world: the psychology of judgment and decision-making. SAGE Publications, 2010.

KAHNEMAN, Daniel; SLOVIC, Paul. Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases. Cambridge University Press, 2004.

SUNSTEIN, Cass. Behavioral Law and Economics. Cambridge University Press, 2000.

SUNSTEIN, Cass. The Ethics of Influence: Government in the Age of Behavioral Science. Cambridge University Press, 2016.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Choices, Values, and Frames. Cambridge University Press, 2000..

I. Bibliografia Complementar

ABRAMOWICZ, Michael; AYRES, Ian; LISTOKIN, Yair. Randomizing Law. Yale Law & Economics Research Paper, 2010.

CASTRO, Alex Santo Rodrigues de. Economia comportamental: caracterização e comentários críticos. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2014.

FERGUSON, Andrew. Nudge Nudge, Wink Wink. Behavioral economics—the governing theory of Obama’s nanny state. The Weekly Standard, April 19, 2010.

FRANTZ, Roger; LEESON, Robert. Hayek and Behavioral Economics. Palgrave Macmillan, 2013.

FRYDMAN, Roman; GOLDBERG, Michael. Imperfect knowledge economics: Exchange rates and risk. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

KAHNEMAN, Daniel. Maps of bounded rationality: psychology for behavioral economics. American Economic Review, 2003.

_____. Thinking, fast and slow. Farrar Straus Giroux, 2013.

_____. FREDERICK, Shane. A Model of Heuristic Judgment. The Cambridge Handbook of Thinking and Reasoning. Cambridge University Press, 2005.

_____.; TVERSKY, Amos. Choices, values, and frames. American Psychologist, Vol 39(4), 1984.

LEIBENSTEIN, Harvey. Beyond Economic Man. A new foundations for Microeconomic, London, UK: Harvard University Press, 1976.

MENDONÇA, José Vicente dos Santos de. Direito Constitucional Econômico – a intervenção do Estado na economia à luz da razão pública e do pragmatismo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

PILDES, Richard. BUBB, Ryan. How Behavioral Economics Trims Its Sails and Why. Harvard Law Review, Vol. 127, 2014.

PILDES, Richard; SUNSTEIN, Cass. Reinventing the Regulatory State. University of Chicago Law Review, 43. 1995.

PORTO, Fabiana di; RANGONE, Nicoletta. Behavioural Sciences in practice: lessons for EU policymakers. Nudging and the Law. What can EU Learn from Behavioural Sciences?, Oxford, Hart Publ., 2014.

SUNSTEIN, Cass. *Simpler: The future of government*. Simon & Schuster, 2013.

_____. The real world of cost-benefit: thirty-six questions (and almost as many answers). Harvard Public Law Working Paper, No. 13-11, 2013; BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin. *Understanding Regulation. Theory, Strategy, and Practice*. Oxford University Press, 2012.

_____. The Storrs Lectures: Behavioral Economics and Paternalism. *Yale Law Journal*, n. 122, 2013.

_____. *Why nudge? The Politics of Libertarian Paternalism*. Yale University Press, 2012.

THALER, Richard. From homo economicus to homo sapiens. *The Journal of Economic Perspectives*, n. 14, pp. 133-141, 2000.

_____. *The Winner's Curse: Paradoxes and Anomalies of Economic Life*. Princeton University Press, 1994.

_____.; SUNSTEIN, Cass. *Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

WRIGHT, Joshua; GINSBURG, Douglas. Behavioral Law and Economics: its Origins, Fatal Flaws, and implications for Liberty. *Northwestern University Law Review*, 1041, 2012.

SUNSTEIN, Cass. The Storrs Lectures: Behavioral Economics and Paternalism. *Yale Law Journal*, n. 122, 2013.

Análise Econômica do Direito: elementos essenciais

Modalidade:

Curso de Curta Duração

Duração:

45h (15 aulas de 3h de duração)

I. Objetivos:

Realizar um curso introdutório sobre Análise Econômica do Direito, de modo que seja possível compreender seus elementos essenciais e seus principais problemas operacionais que podem advir da sua aplicação. Este curso fornecerá uma análise aprofundada para a análise dos principais blocos de construção de temas relacionadas ao Direito Público. O curso também abordará as concepções econômicas versus moral do bem-estar do bem social.

II. Público-Alvo:

O curso se destina aos bacharéis em Direito e aos profissionais da área. Graduandos em Direito poderão de inscrever, desde que já tenham cursado até o quinto período.

III. Metodologia:

Aulas expositivas, análise de textos e discussões temáticas a serem realizadas individualmente e em grupos. Elaboração de textos e análise jurisprudencial. Utilização de Direito Comparado.

IV. Avaliação Final:

Os alunos serão avaliados por meio de artigos científicos a serem entregues ao final do curso, sobre quaisquer das temáticas apresentadas nas aulas. Os trabalhos serão avaliados pelo Coordenador do curso e por professores que tenham lecionado em alguma das unidades oferecidas. Serão aprovados os alunos que obtiverem média 7 e observarem os seguintes critérios: (i) a adequação ao tema; (ii) a delimitação e desenvolvimento dentro do tema escolhido (iii) a estrutura lógica do artigo; (iv) se na conclusão, o artigo responde adequadamente à problematização apresentada; (v) se a linguagem utilizada no texto está gramaticalmente correta.

V. Programação

Aula
Unidade 1: Diálogos entre Direito e Economia
Unidade 2: A escola de Chicago: teoria e críticas
Unidade 3: Princípios de Economia e Teorema de Coase
Unidade 4: Eficiência
Unidade 5: Teoria dos Jogos
Unidade 6: Origem do movimento: as três

escolas

Unidade 7: Externalidades e Metodologia da AED

Unidade 8: Teoria da Escolha Pública e Captura

Unidade 9: Falhas de Mercado e Falhas de Governo

Unidade 10: O fenômeno da precificação

Unidade 11: Os institucionalistas e os neoinstitucionalistas: teoria e críticas

Unidade 12: AED e Políticas Públicas (Direito e Desenvolvimento)

Unidade 13: Análise custo-benefício

Unidade 14: Normas sociais e AED

Unidade 15: O elemento comportamental na AED

Unidade 16: Corrupção, contratação pública e AED

Unidade 17: O futuro e o presente da AED
Workshop de trabalhos finais

Unidade 1: Diálogos entre Direito e Economia

Leitura Obrigatória

1. COOTER, Robert; ULEN, Tomas. Direito e Economia. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, Capítulos 1 e 2.

Leitura Complementar

1. JOLLS, Christine; SUNSTEIN, Cass R.; THALER, Richard. A behavioral approach to law and economics. Stanford Law Review, p. 1471-1550, 1998.
2. KAHNEMAN, Daniel. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Objetiva, 2012, Capítulos 26 e 27.
3. SHAFERR, Gregory; NOURSE, Victoria. Varieties of new legal realism: can a new world order prompt a new legal theory? Cornell Law Review, v. 95, p. 61, 2009.

Unidade 2: A escola de Chicago: teoria e críticas

Leitura Obrigatória

1. ARAUJO, Thiago Cardoso. Análise Econômica do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2017, pp. 23-60.

Leitura Complementar

1. CALABRESI, Guido. The future of law and economics: essays in reform and recollection. Yale University Press, 2016, Capítulo 1.
2. MERCURO, Nicholas; MEDEMA, Steven. Economics and the law: from Posner to post-modernism, Princeton: Princeton University Press, 1997, Capítulo 2.
3. MEDEMA, Steven. Identifying a 'Chicago School' of Economics: On the Origins, Evolution, and Evolving Meanings of a Famous Brand Name, 2014.

Unidade 3: Princípios de Economia e Teorema de Coase

Leitura Obrigatória

1. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2018, p. 4-17.
2. MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. Análise econômica do Direito. São Paulo: Atlas, 2015, p. 201 a 226.

Leitura Complementar

3. COASE, Ronald. O problema do custo social. The Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies, v.3, issue 1, 2008.
4. FRIEDMAN, David. Law's Order: what economics has to do with law and why it matters. Capítulo 5.

Unidade 4: Eficiência

Leitura Obrigatória

MARTINEZ, Ana Paula. Análise de custo-benefício na adoção de políticas públicas e desafios impostos ao seu formulador.

Leitura Complementar

ARAGÃO, Alexandre. O princípio da eficiência.
LEAL, Fernando. Propostas metodológicas para uma abordagem teórico -metodológica do dever constitucional de eficiência.

Unidade 5: Teoria dos Jogos

Leitura Obrigatória

1. PICKER, Randal C. An Introduction to Game Theory and the Law. Coase-Sandor Working Paper Series in Law and Economics, Working Paper No. 22, 1994.

Leitura Complementar

1. FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos com Aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. 2ª Edição. São Paulo-SP: Campus, 2006, Capítulos 1 e 2.
2. MOTTA, Massimo; SALGADO, Lucia Helena. Política de Concorrência: teoria e prática e sua aplicação no Brasil. Elsevier Brasil, 2015, pp.247-255, Capítulo 8.

Unidade 6: Origem do movimento: as três escolas

Leitura Obrigatória

1. ARAUJO, Thiago Cardoso. Análise Econômica do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2017, pp. 61-128 e Capítulo 3.

Leitura Complementar

1. MERCURO, Nicholas; MEDEMA, Steven. Economics and the law: from Posner to post-modernism, Princeton: Princeton University Press, 1997, Capítulos 4 e 6.

2. BACKHOUSE, Roger; MEDEMA, Steven G. Economists and the Analysis of Government Failure: Fallacies in the Chicago and Virginia Interpretations of Cambridge Welfare Economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 36, n. 4, p. 981-994, 2012.
3. MALLOY, Robin; DRIESEN, David. Critiques of Law and Economics. *in* PARISI, Francesco (Org.) *Oxford Handbook of Law and Economics: Volume 1*. Oxford University Press, 2017.

Unidade 7: Externalidades e Metodologia da AED

Leitura Obrigatória

1. ANDRADE, Eduardo. Externalidades. BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (org.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
2. MICELI, Thomas. Economic Models of Law *in* PARISI, Francesco (Org.) *The Oxford Handbook of Law and Economics: Volume 1*. Oxford University Press, 2017 – versão traduzida.

Leitura Complementar

1. MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. Análise econômica do direito. São Paulo: Atlas, 2015, p. 25-42.
2. RODRIGUES, Vasco. Análise econômica do direito. Coimbra: Almedina, 2007, p. 41-54.
3. KLINK, Jonathan. Empirical Law and Economics. *in* PARISI, Francesco (Org.) *Oxford Handbook of Law and Economics: Volume 1*. Oxford University Press, 2017.
4. JOLLS, Christine. Bounded Rationality, Behavioral Economics, and the Law *in* PARISI, Francesco (Org.) *Oxford Handbook of Law and Economics: Volume 1*. Oxford University Press, 2017.

Unidade 8: Teoria da Escolha Pública e Captura Regulatória

Leitura Obrigatória:

1. GONÇALVES, Ricardo Miguel Pereira. A captura regulatória: uma abordagem introdutória. Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.

Leitura Complementar:

1. PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública. *Análise Social*, vol. XXXII, p. 419-442, 1997.
2. BORSANI, Hugo. Relações entre política e economia: Teoria da Escolha Pública. BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (org.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
3. FARBER, Daniel. Public Choice Theory and Legal Institutions. *in* PARISI, Francesco (Org.) *Oxford Handbook of Law and Economics: Volume 1*. Oxford University Press, 2017.

Unidade 9: Falhas de Mercado e Falhas de Governo

Leitura Obrigatória

1. RAGAZZO, Carlos Emmanuel. Regulação Jurídica, Racionalidade Econômica e Saneamento Básico. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, pp. 100-110.

Leitura Complementar

1. MERCURO, Nicholas; MEDEMA, Stephen. Economics and the law: from Posner to postmodernism and beyond. 2nd ed. Princeton: Princeton University Press, 2006.
2. MINDA, Gary. Postmodern Legal Movements. NY: New York University Press, 1995, kindle edition.

Unidade 10: Os institucionalistas e os neoinstitucionalistas: teoria e críticas

Leitura Obrigatória

1. HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de julho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>.

Leitura Complementar

1. NORTH, Douglass C. Institutions. The Journal of Economic Perspectives, vol. 5, no. 1. (Winter, 1991), pp. 97-112.
2. POSNER, Richard. The New Institutional Economics Meets Law and Economics. Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE) / Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft, Vol. 149, No. 1, The New Institutional Economics Recent Progress; Expanding Frontiers (Mar. 1993), pp. 73-87.
3. COUTINHO, Diogo R. Direito e institucionalismo econômico: apontamentos sobre uma fértil agenda de pesquisa. Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política, v. 37, n. 3, 2017, pp.565-586. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000300565&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de julho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a06>
4. SCHMID, Allan. Institutional Law and Economics. European Journal of Law and Economics. March 1994, Volume 1, Issue 1, pp 33-51.

Unidade 11: Análise custo-benefício

Leitura Obrigatória

1. SALGADO, Lucia Helena; BORGES, E. Texto para Debate nº 1463 do IPEA, 2010.

Leitura Complementar

1. PARKER, David. Fundamentos Empíricos para a Formulação de Políticas in FIUZA, E; SALGADO, Lucia Helena (Org.). Marcos Regulatórios no Brasil: aperfeiçoando a qualidade regulatória. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
2. Workshop in FIUZA, E; SALGADO, Lucia Helena (Org.). Marcos Regulatórios no Brasil: aperfeiçoando a qualidade regulatória. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
3. SUNSTEIN, Cass. Is Cost Benefit Analysis for Everyone? Administrative Law Review, v. 53, p. 299, 2001.

Unidade 12: AED e Políticas Públicas (Direito e Desenvolvimento)

Leitura Obrigatória

1. TABAK, Benjamin Miranda. A análise econômica do direito: proposições legislativas e políticas públicas. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, outubro/2014.

Leitura Complementar

1. WHEELAN, Charles. Introduction to public policy. New York: W. W. Norton & Co., 2011.
2. WEIMER, David; VINIG, Aidan. Policy analysis: concepts and practice. 6th ed. New York: Routledge, 2017.

Unidade 13: O fenômeno da precificação

Leitura Obrigatória

1. SANDEL, Michael. O que o dinheiro não compra. Editora José Olympio: Rio de Janeiro, 2016.

Leitura Complementar

1. SUNSTEIN, Cass. Valuing Life: Humanizing the Regulatory State. University of Chicago Press, 2014, Capítulos 2 e 4.
2. RADIN, Margaret Jane. Market Inalienability. Harvard Law Review, p. 1849-1937, 1987.
3. HEINZERLING, Lisa; ACKERMAN, Frank. Pricing the Priceless: cost-benefit analysis of environmental protection. Georgetown Environmental Law and Policy Institute: Washington, D.C. 2002.
4. CALABRESI, Guido. The future of law and economics: essays in reform and recollection. Yale University Press, 2016, Capítulo 2.

Unidade 14: Normas sociais e AED

Leitura Obrigatória

1. POSNER, Eric. Símbolos, sinais e normas sociais na política e no direito *in* SALAMA, Bruno (Org.). Direito e economia: textos escolhidos. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. COOTER, Robert. Três efeitos das normas sociais sobre o direito: expressão, dissuasão e internalização *in* SALAMA, Bruno (Org.). Direito e economia: textos escolhidos. São Paulo: Saraiva, 2010.

Leitura Complementar

1. POSNER, Eric. Law and social norms. Harvard University Press, 2000.
2. MCADAMS, Richard; RASMUSEN, Eric. Norms and the Law. Handbook of Law and Economics, v. 2, p. 1573-1618, 2007, (somente as páginas 770 a 794).

3. CARBONARA, Emanuela. Law and Social Norms *in* PARISI, Francesco (Org.) Oxford Handbook of Law and Economics: Volume I. Oxford University Press, 2017.

Unidade 15: O elemento comportamental na AED

Leitura Obrigatória

1. HORTA, Ricardo. Arquitetura de escolhas, direito e liberdade: notas sobre o “Paternalismo Libertário”. Pensar, Fortaleza, v. 22, n. 2, p. 651-664, maio/ago. 2017.
2. QUIRINO, Carina de Castro. Irracionalidade do agente público e teoria da escolha pública comportamental : notas sobre um elefante na sala. Revista *Quaestio Iuris*, v. 11, p. 965-986, 2018.
3. MENDONÇA, José Vicente Santos de. Heurísticas: yes, a opinião pública também é irracional. In: Revista Insight Inteligência: Rio de Janeiro, v. 60, p. 74-82, 2013. Disponível em: <<http://insightinteligencia.com.br/pdfs/60.pdf>>.

Leitura Complementar

1. ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. (Orgs.) Guia de Economia Experimental. 2015. Acessível em: <<http://www.economiacomportamental.org/guia-economiacomportamental.pdf>>.
2. ULEN, Thomas S. The Importance of Behavioral Law. In: ZAMIR, Eyal; TEICHMAN, Doron (eds.). The Oxford Handbook of Behavioral Economics and the Law. Oxford: Oxford University Press, 2014.
3. BUBB, Ryan; PILDES, Richard H. How Behavioral Economics Trims Its Sails and Why. In: New York University School of Law, 2013.

Unidade 16: Corrupção, contratação pública e AED

Leitura Obrigatória

1. SOREIDE, Tina; ROSE-ACKERMAN, Susan. Corruption in State Administration. The Research Handbook on Corporate Crime and Financial Misdealing, edited by Jennifer Arlen, Forthcoming; Yale Law & Economics Research Paper No. 529. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2639141>>. Acesso em: 31 ago. 2018.
2. CARVALHO, Victor Aguiar de. A regulação do regime jurídico licitatório e sua associação com a teoria econômica: lições para o controle de cartéis nas licitações. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 16, n. 184, p. 46-57, abr. 2017.

Leitura Complementar

1. ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. Corruption and Government - Causes, Consequences and Reform. 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.
2. DIMITRI, Nicola; PIGA, Gustavo; SPAGNOLO, Giancarlo (Ed.). Handbook of Procurement. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
3. CARVALHO, Victor Aguiar de. Cartéis em Licitações: concorrência, incentivos e prevenção aos conluios nas contratações públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Unidade 17: O futuro e o presente da AED

Leitura Obrigatória

BECKER, Gary; POSNER, Richard. The Future of Law and Economics *in* PARISI, Francesco (Org.) Oxford Handbook of Law and Economics: Volume 1. Oxford University Press, 2017



Feedback do Seminário de Qualidade Regulatória da ANP - 14 de junho de 2018

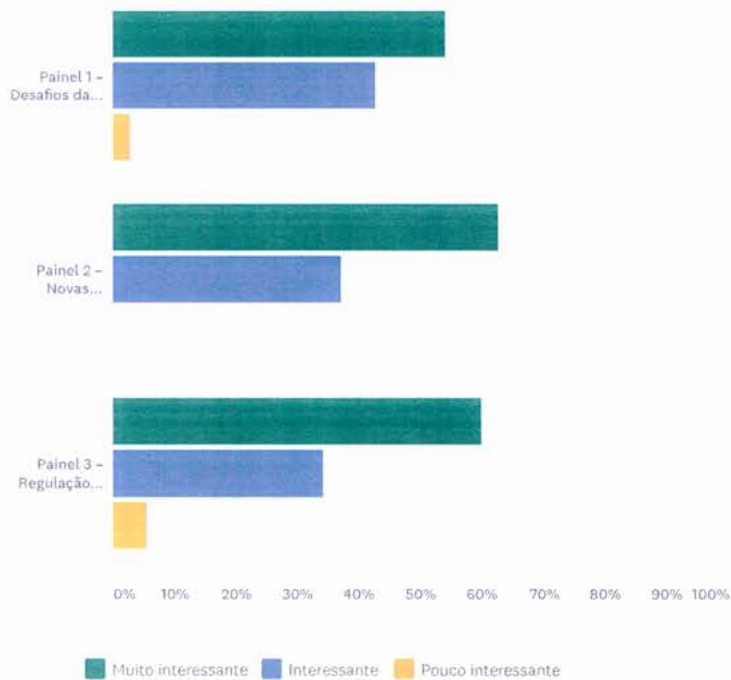
RESUMOS DAS PERGUNTAS

TENDÊNCIAS DOS DADOS

P1

Quais painéis despertaram mais seu interesse?

Responderam: 35 Ignoraram: 0



	MUITO INTERESSANTE	INTERESSANTE	POUCO INTERESSANTE	TOTAL
Painel 1 - Desafios da Qualidade Regulatória	54.29% 19	42.86% 15	2.86% 1	35
Painel 2 - Novas perspectivas no ambiente regulatório	62.86% 22	37.14% 13	0.00% 0	35
Painel 3 - Regulação baseada em evidências e ferramentas de apoio à tomada de decisão	60.00% 21	34.29% 12	5.71% 2	35

P2

Espaço para comentário de sua resposta nos itens anteriores

Responderam: 11 Ignoraram: 24

6/28/2018 12:14 PM

Os temas são igualmente interessantes, porém os palestrantes do Painel 1 realizaram uma abordagem mais prática e objetiva, principalmente aqueles que falaram sob a perspectiva do serviço público.

6/27/2018 1:26 PM

A apresentação sobre Regulação Baseadas em Evidências foi muito interessante pelo fato de conscientizar o quanto uma regulamentação pode afetar um mercado, até mesmo inviabilizando suas atividades

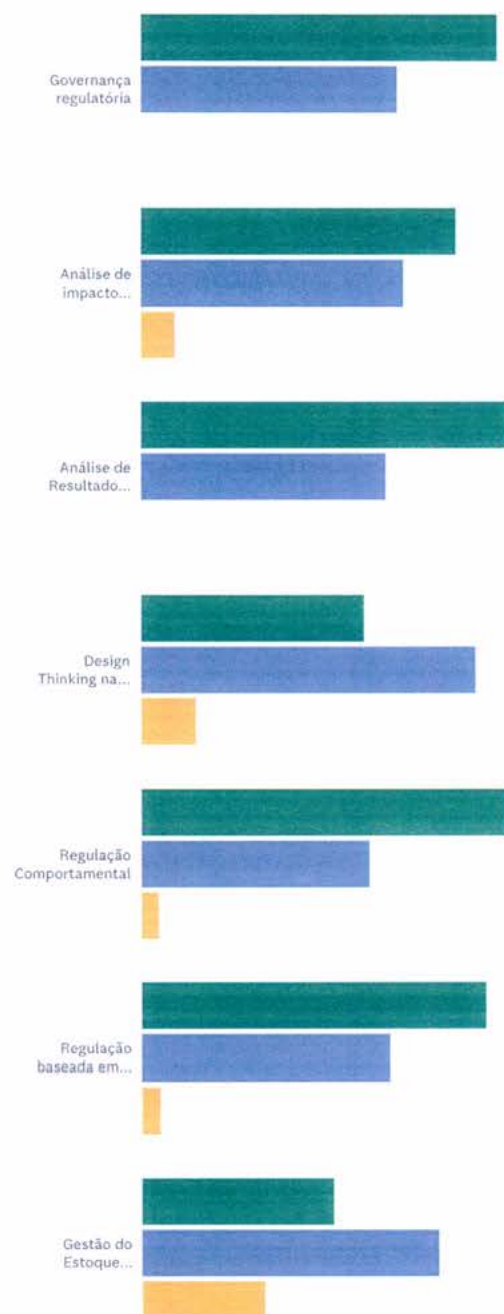
6/26/2018 6:58 PM

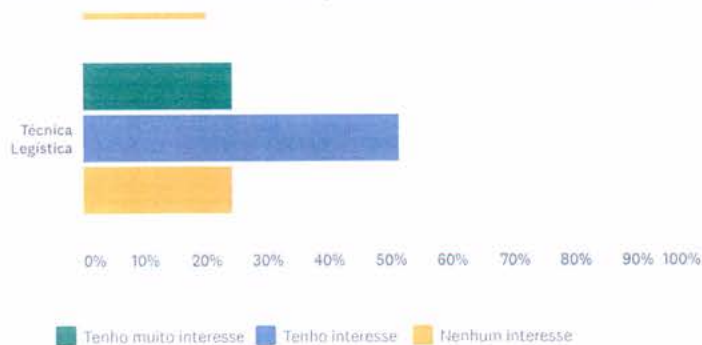
Excelente evento!

P3

Dos temas abaixo, quanto interesse você teria em aprofundar seu conhecimento?

Responderam: 35 Ignoraram: 0





	TENHO MUITO INTERESSE	TENHO INTERESSE	NENHUM INTERESSE	TOTAL
Governança regulatória	58.06% 18	41.94% 13	0.00% 0	31
Análise de impacto regulatório (AIR)	51.43% 18	42.86% 15	5.71% 2	35
Análise de Resultado Regulatório (ARR)	60.00% 21	40.00% 14	0.00% 0	35
Design Thinking na Regulação	36.36% 12	54.55% 18	9.09% 3	33
Regulação Comportamental	60.00% 21	37.14% 13	2.86% 1	35
Regulação baseada em evidências	56.25% 18	40.63% 13	3.13% 1	32
Gestão do Estoque Regulatório (Guilhotina, Sunset Clauses, entre outros)	31.43% 11	48.57% 17	20.00% 7	35
Técnica Legística	24.24% 8	51.52% 17	24.24% 8	33

P4

Gostaria de sugerir algum tema que você tenha interesse em aprofundar seu conhecimento?

Responderam: 9 Ignoraram: 26

Precisamos conhecer as ferramentas de análise regulatória

6/26/2018 2:25 PM

Fiquei satisfeito com o interesse que os temas apresentados despertou em mim.

6/22/2018 6:56 PM

AIR e ARR.

6/21/2018 9:17 PM

Interfaces entre Regulação e defesa da concorrência

6/21/2018 8:36 PM

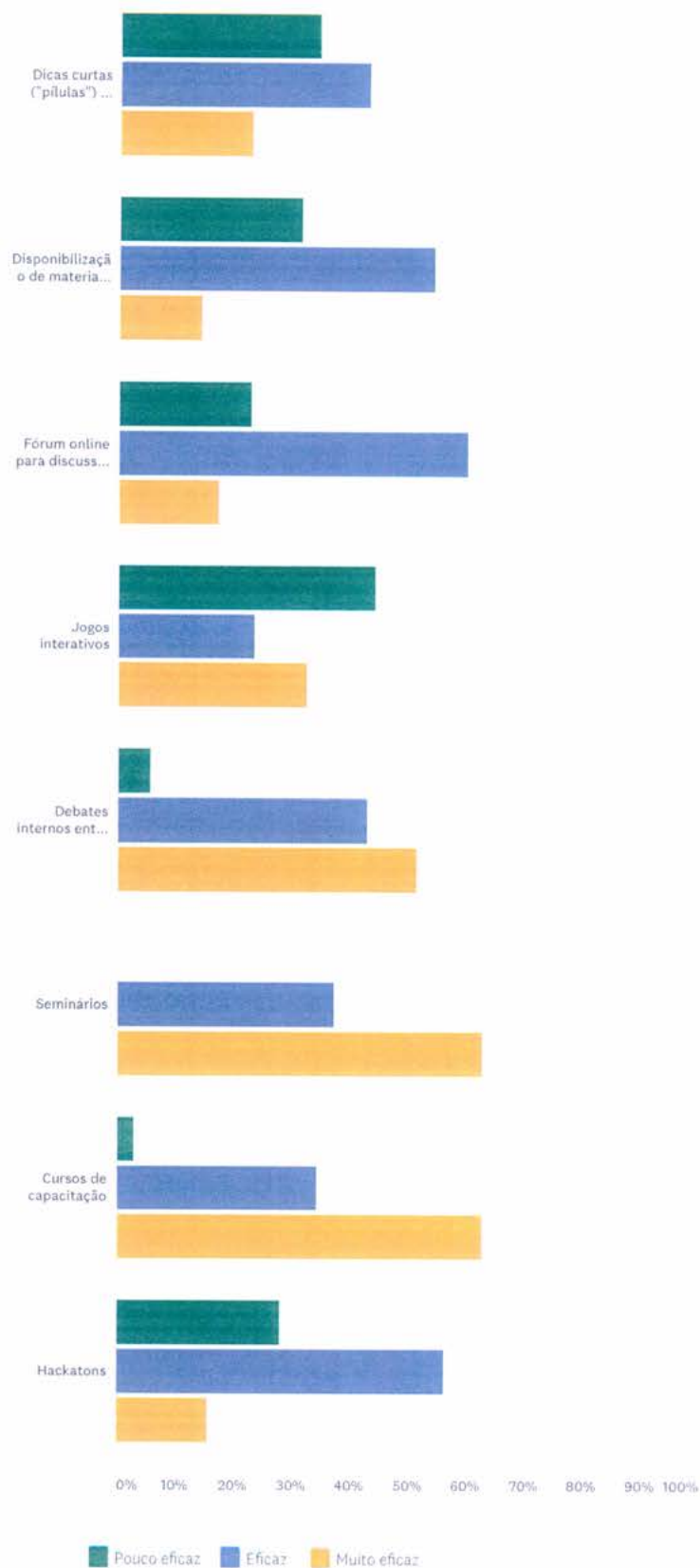
P5

Quais destes instrumentos de disseminação de conhecimentos de qualidade regulatória você imagina

Feedback do Seminário de Qualidade Regulatória da ANP - 14 de junho de 2018 - Respostas | SurveyMonkey

Comentários de qualidade regulatória você imagina serem eficazes?

Responderam: 35 Ignoraram: 0



	POUCO EFICAZ	EFICAZ	MUITO EFICAZ	TOTAL
Dicas curtas ("pilulas") por e-mail	34.29% 12	42.86% 15	22.86% 8	35
Disponibilização de material bibliográfico	31.43% 11	54.29% 19	14.29% 5	35
	POUCO EFICAZ	EFICAZ	MUITO EFICAZ	TOTAL

(artigos, livros, etc.)

Fórum online para discussão dos temas

22.86%
860.00%
2117.14%
6

35

Jogos interativos

44.12%
1523.53%
832.35%
11

34

Debates internos entre os servidores

5.71%
242.86%
1551.43%
18

35

Seminários

0.00%
037.14%
1362.86%
22

35

Cursos de capacitação

2.86%
134.29%
1262.86%
22

35

Hackatons

28.13%
956.25%
1815.63%
5

32

P6

Gostaria de sugerir outros instrumentos?

Responderam: 7 Ignoraram: 28

não

6/26/2018 2:25 PM

não.

6/22/2018 6:56 PM

Visitas a outros órgãos ou instituições que atuem na regulação para trocas de experiências.

6/21/2018 9:17 PM

os cursos de capacitação devem ser desenhados considerando exemplos práticos

6/21/2018 8:36 PM

P7

Algum comentário adicional sobre as sessões ou a programação como um todo?

Responderam: 8 Ignoraram: 27

O seminário trouxe elementos importantes para reflexão. Muito importante ter continuidade dentro da Instituição, que se transforme em prática!

7/2/2018 12:26 PM

não

6/26/2018 2:25 PM

O Seminário foi excelente. Precisamos de eventos semelhantes para disseminar este tipo de conhecimento a um grupo maior de servidores. Tirar o mindset comando controle da cabeça do servidor não é nada simples.

6/26/2018 2:05 PM

não.

6/22/2018 6:56 PM

P8

Nome e e-mail (opcional)

Responderam: 7 Ignoraram: 28

jgutman@anp.gov.br

6/26/2018 4:57 PM

Erica Albuquerque

6/26/2018 2:25 PM

Gilcléa

6/26/2018 2:05 PM

Joao P. Filho jpfilho@anp.gov.br

6/22/2018 4:35 PM

Desenvolvido pela  SurveyMonkey

Confira nossos [exemplos](#) e crie seu próprio questionário agora mesmo.



Proposta de trabalho de atividades acadêmicas e técnicas apresentada para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para o ano de 2019, com o objetivo de desenvolver boas práticas regulatórias

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2018.

De acordo:

José Gutman
Secretário Executivo
ANP

Sergio Alonso Trigo
Subsecretário Executivo
ANP

José Vicente Santos de Mendonça
Coordenador Geral
UERJ Reg

Carina de Castro Quirino
Pesquisadora
UERJ Reg

